



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 28/07/1998
C	Stolnitsis
	Rubrica

**Processo :** 10835000900/93-61

**Acórdão :** 203-03.653

**Sessão :** 19 de novembro de 1997

**Recurso :** 101.610

**Recorrente :** IRMÃOS CARDOSO LTDA

**Recorrida :** DRJ em Presidente Prudente - SP

**COFINS** - Depósitos feitos em montante integral. Descabimento da multa e juros de ofício. **Recurso provido parcialmente.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: IRMÃOS CARDOSO LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do relator.** Vencidos os Conselherios Ricardo Leite Rodrigues, Renato Scalco Isquierdo e Otacílio Dantas Cartaxo.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1997

Otacílio Dantas Cartaxo  
Presidente

*Daniel Corrêa Homem de Carvalho*  
Daniel Corrêa Homem de Carvalho  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues, F. Maurício R. de Albuquerque Silva, Francisco Sérgio Nalini, Mauro Wasilewski, Renato Scalco Isquierdo e Sebastião Borges Taquary.

CHS/CF



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo :** 10835.000900/93-61

**Acórdão :** 203-03.653

**Recurso :** 101.610

**Recorrente :** IRMÃOS CARDOSO LTDA.

## RELATÓRIO

Contra a empresa em epígrafe foi lavrado o Auto de Infração de fls. 01/07, ao argumento de que não cumpriu as exigências constantes dos arts. 1º ao 5º da Lei Complementar nº 70/91, onde é exigido da Contribuinte, pela falta de recolhimento da COFINS, referente ao período de ABR/92 a jun/93.

Intimada, a Contribuinte apresentou a Impugnação de fls. 44/45, alegando que a matéria está sub judice pela Medida Cautelar Inominada, Processo nº 92.0055354-0, da 4ª Vara Federal de São Paulo, distribuída por dependência ao Processo nº 92.0065165-8, de Ação Ordinária, na mesma Vara, autorização judicial para proceder os recolhimentos através de depósito judicial, o que vem sendo feito desde ABR/92.

Esclarece que, através de ação declaratória de procedimento ordinário, promoveu pedido de reconhecimento da inexistência de relação jurídica entre ela e a Receita Federal, na espécie, simplesmente.

Pelo exposto, requer o cancelamento do auto de infração.

A autoridade fiscal, às fls. 66, diz que a requerente não contestou os valores apurados que serviram de base de cálculo da COFINS.

Que a fiscalização constatou, em conferência aos depósitos judiciais, que foi depositado a menor, para a competência ABR/92, conforme demonstrativos às fls. 63/65.

Entende que deve ser excluída a multa de ofício e juros de mora, em face dos depósitos efetuados, devendo continuar suspensa a exigência do crédito, até decisão final da justiça.

A autoridade julgadora, às fls. 68/73, em síntese, considera inexistir ordem judicial em contrário, com isso, tendo o Fisco o dever de adotar os procedimentos legais para resguardar os interesses da Fazenda Nacional.

Que o depósito integral suspende a exigibilidade do crédito tributário, não a sua constituição através do lançamento, ficando, porém, impedida de inscrever o débito tributário na Dívida Ativa.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo :** 10835.000900/93-61

**Acórdão :** 203-03.653

Julga procedente o lançamento, ressaltando que deve ser verificada a efetiva ocorrência da suspensão da exigibilidade do crédito tributário, bem como qualquer outro impedimento legal da cobrança.

A Contribuinte, inconformada com a decisão prolatada às fls. 68/73, interpõe recurso voluntário, alegando idênticos argumentos usados na impugnação, requerendo o cancelamento do auto de infração.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10835.000900/93-61  
Acórdão : 203-03.653

## VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR DANIEL CORRÊA HOMEM DE CARVALHO

O presente processo foi originado por auto de infração cujo crédito decorrente tem sua exigibilidade suspensa devido à existência de depósitos judiciais referentes ao período de ABR/92 a JUN/93, quando foi constatado o não recolhimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, nos termos da Lei Complementar nº 70/91, em seus arts. 1º ao 5º.

Em sua impugnação alega a improcedência do auto de infração, uma vez que vem efetuando judicialmente os depósitos destinados à suspensão da exigibilidade do crédito tributário, conforme se verifica, mais claramente, pelos Documentos de fls. 48/62.

A Autoridade Administrativa agiu em concordância com o disposto no art. 142 do CTN, no sentido de ter constituído o crédito tributário através do lançamento, aplicando as penalidades cabíveis.

Há que se fazer distinção entre constituição do crédito tributário pelo lançamento, no caso, pela via do auto de infração, e a exigibilidade deste crédito. Certamente, o art. 151 do CTN refere-se a esta última hipótese. Não poderia a Fazenda Nacional ser impedida de constituir o crédito. Tal posição é manifestada por nossos Tribunais Superiores reiteradamente.

O procedimento visa basicamente prevenir a decadência do direito a lançamento dos créditos. Ficando o Fisco, portanto, impedido de inscrever o débito tributário na Dívida Ativa e de remeter a respectiva certidão à Procuradoria da Fazenda Nacional.

Logo, não cabe a postulação da recorrente quanto ao cancelamento do auto devido depósito judicial.

Pelo exposto, dou provimento parcial ao recurso, para excluir a multa de ofício e os juros de mora referentes aos depósitos regularmente efetuados e feitos em seu montante integral.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1997

*DANIEL CORRÊA HOMEM DE CARVALHO*